

LEVANTAMENTO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO ESPÍRITO SANTO: ANALISANDO ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E DE GESTÃO

*Luiz Carlos da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
luiz.c.silva@ufes.br*

*Jorge Santa Anna
Universidade Federal do Espírito Santo
jorjao20@yahoo.com.br*

1 INTRODUÇÃO

A configuração de um novo cenário social, econômico e político na qual se reveste a sociedade moderna, pautada na informação como insumo básico para alimentar os sistemas sociais, as instituições e serviços de informação vêm tomando novos direcionamentos quanto à participação no desenvolvimento de uma nação.

O setor de informação cresce de forma espantosa, surgindo novos serviços voltados para fornecer informação de qualidade, capacitando indivíduos e instituições a buscarem estratégias inovadoras necessárias ao fortalecimento desses elementos, permitindo a adequação às novas tendências e desafios do mundo moderno.

O valor atribuído à informação permite que aqueles que a gerenciam, de alguma forma, passam a ter maior prestígio na atual sociedade, permeada por uma realidade instável e competitiva.

Os ambientes que mediam e disseminam as informações se inserem nesse contexto por oferecerem mecanismos que gerenciem a informação, permitindo seu tratamento, fluxo e uso, proporcionando valor àqueles que dela precisam.

Os arquivos, as bibliotecas e os museus são vistos como ambientes que gerenciam informação, por excelência, sustentando práticas profissionais em prol dos acervos, das instituições que os custodiam e das técnicas de tratamento (descrição, inventário, classificação, conservação e exposição) dos documentos custodiados por essas unidades (ARAÚJO, 2014a).

Esses ambientes possuem como atividade fim, garantir a disseminação da informação, entende-se que essas instituições passam a ser requisitadas como primordiais para a consolidação da sociedade moderna, haja vista propor alternativas aos desafios impostos pela globalização. A informação gera conhecimento, que, por sua vez, agrega valor ao contexto de vida do sujeito, por conseguinte, permite a manutenção dos sistemas existentes na sociedade (MORESI, 2000).

No entanto, a Sociedade da Informação somente é arquitetada quando são pensados mecanismos que garantam a gestão e o fluxo da informação no meio social. Havendo infraestrutura adequada, a informação é utilizada de forma efetiva, garantindo para o desenvolvimento das nações. Para Lopes (2009), essa sociedade somente é aplicada aos países desenvolvidos, pois são eles que possuem uma infraestrutura de informação de telecomunicações e de conhecimento.

A sociedade contemporânea, através da informação, vem redefinindo o papel que essas instituições podem desempenhar ao auxiliar no desenvolvimento econômico. Conduzem as instituições e serviços que custodiam e mediam a informação deixarem de ater-se à visão patrimonialista, sendo considerados, tão somente, como tesouros, como patrimônio da humanidade, para voltarem-

se a uma visão funcionalista, tornando-se “[...] instrumentos de socialização, de inculcação, nas pessoas, de determinados valores, crenças e atitudes [...]” (ARAÚJO, 2014b).

Percebem-se mudanças profundas na concepção que norteia e sustenta essas instituições na atualidade. Essas mudanças advêm de inúmeros fatores, dentre os principais, destacam-se: o posicionamento do usuário da informação, a adesão às novas tecnologias e, sobretudo, o objeto de estudo dessas organizações, centrado na informação.

Tanto arquivos, quanto bibliotecas e museus deixaram de ser unidades custodiadoras para serem unidades disseminadoras, permeadas por um ambiente dinâmico e integrado. Segundo Araújo (2014a, p.46-47), no âmbito da Arquivologia, os arquivos “[...] são vistos como instrumentos de poder que influenciam no direcionamento do ensino formal, na construção da memória coletiva, da identidade nacional e, enfim, o modo como conhecemos a nós mesmos”.

Araújo (2014b) também enfatiza a influência que um arquivo pode desencadear junto a uma sociedade ou governo, acarretando problemas mais abrangentes e complexos, a ponto de dominar o sistema. Baseando-se no estudo de Caswell (2010), o autor afirma que, devido a essa capacidade, o arquivo pode ser usado para benefícios e para desvantagens da sociedade.

No contexto específico dos arquivos públicos municipais, é importante atentar que essa instituição favorece ao desenvolvimento de uma localidade, devido à informação que é gerenciada nessas unidades. Assim, concorda-se que “[...] a informação é um sustentáculo valioso para a construção de um canal de interação entre o poder público e os cidadãos, viabilizando o aperfeiçoamento das políticas públicas e aumentando a eficiência dos serviços governamentais” (CONARQ, 2014, p. 15).

O mesmo instituto supracitado defende que os arquivos

públicos municipais correspondem a órgãos públicos fundamentais para a prestação de serviços de informações ao cidadão, em cumprimento aos preceitos constitucionais e às normas citadas, contribuindo destarte para a construção e exercício da cidadania. Sendo assim, é imperativo que o poder público, grande produtor e acumulador de documentos, crie, institucionalize, implante e fortaleça os arquivos públicos municipais (CONARQ, 2014).

Por conseguinte, depreende-se que é dever da municipalidade cuidar dos acervos que foram gerados com as atividades arroladas à sociedade municipal. Tal dever pressupõe a preocupação com a formação dos funcionários que ali atuam, proporcionando cursos de capacitação, assim como condições estruturais apropriadas para o exercício das funções arquivísticas (OLIVEIRA, 1991).

Porém, a realidade é bem diversa: os municípios, salvo raras exceções, não têm dado o devido valor aos documentos que constituem a fonte primária de sua história. Há casos em que a municipalidade decidiu queimar os papéis velhos e inúteis, por falta de espaço, o que representa uma ação equivocada e irremediável para a comunidade e para o patrimônio cultural (OLIVEIRA, 1991).

Encontra-se na literatura, pesquisas *in loco*, demonstrando o quanto a situação dos arquivos municipais é repleta de precariedades. Dentre os problemas mais frequentes enfrentados nesses espaços, citam-se, a falta de pessoal qualificado para o desempenho das funções, ausência de uma política de gestão documental (recolhimento, destinação e processamento técnico) e precariedade das destinações orçamentárias e do espaço físico (MACHADO, 2004).

Sendo assim, desenvolveu-se este estudo, cuja temática contempla “arquivos públicos municipais¹”. O referido estudo

1 Estudo paralelo desenvolvido em decorrência do Projeto de Iniciação Científica

está vinculado a um projeto de abrangência maior, em que é explorada a temática “Gestão de documentos sistêmica em arquivos públicos municipais”².

Logo, este texto tece algumas considerações sobre o contexto situacional no qual estão inseridos os arquivos municipais de um estado brasileiro. Objetivou-se analisar a situação na qual se encontram os arquivos públicos municipais do estado do Espírito Santo, no que se refere a aspectos estruturais e de gestão. Como objetivos específicos foram definidos os seguintes: caracterizar os arquivos como ambientes dinâmicos; conceituar arquivos públicos; discorrer acerca da gestão documental; expor a capacitação profissional no âmbito da gestão do arquivo.

O universo do estudo foi estruturado, a priori, a partir do número de municípios que compõem o estado do Espírito Santo, ou seja, pretendia-se analisar os arquivos municipais pertencentes a 78 cidades capixabas, caso todas as cidades tivessem arquivos estruturados.

O estudo caracterizou-se como de natureza quali-quantitativa, uma vez que analisa dados coletados da Literatura da área arquivística, bem como dados coletados *in loco*. Assim, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, acompanhada de pesquisa de campo.

Para coleta de dados foi utilizada a consulta a livros e artigos que retratam aspectos similares à temática e aplicação de entrevistas aos responsáveis pelos arquivos públicos de cada município. Também se utilizou observação, através de contatos telefônicos, por email, além de visitas guiadas a essas unidades³.

n. 4951/2014.

2 Projeto de Iniciação Científica n. 4951/2014, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Departamento de Arquivologia, UFES.

3 A coleta de dados *in loco* teve contribuição do Arquivo Público do Espírito Santo e participação de alunos matriculados na disciplina de “Gestão de Documentos I”, disciplina

2 ARQUIVOS NA CONTEMPORANEIDADE: DE DEPÓSITOS A SISTEMAS HOLÍSTICOS

Os arquivos desempenham funções múltiplas que extravasam o tratamento técnico realizado a documentos e o devido armazenamento, atividades essas impregnadas às origens dos arquivos e seu desenvolvimento ao longo dos tempos. Na sociedade moderna, devido às mudanças acometidas em todas as áreas do conhecimento, sobretudo com o avanço das tecnologias e o crescimento da produção documental, o papel que esse serviço de informação exerce redefine as práticas realizadas pelos profissionais da informação.

Os arquivos constituíram-se acumular a memória das instituições, das pessoas, de um povo e de uma nação. A gênese desses fazeres nos remete à civilização grega e, ao longo da Idade Média, Moderna e início da Contemporânea, as práticas arquivísticas fidelizaram certos preceitos, direcionados com a guarda, preservação e resgate da produção documental (SCHELLENBERG, 2006).

No entanto, é a partir das grandes revoluções do século XIX e no decorrer do século XX que o arquivo assume novos papéis, redefinindo as práticas arquivísticas, que passam a serem sustentadas por princípios científicos, conduzidos por metodologias específicas, em que os documentos deveriam ser preservados ao invés de serem destruídos (SCHELLENBERG, 2006).

Assim, observa-se que o reconhecimento de guarda e não de destruição resultou em três importantes realizações no campo arquivístico: a) criação de uma administração nacional e independente dos arquivos; b) proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos; e, c) reconhecimento da res-

ministrada por um dos autores desta pesquisa.

ponsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado (SCHELLENBERG, 2006. p. 24).

Surge, nessa ambiência, o estabelecimento de novo paradigma direcionado à informação e o devido acesso, rompendo-se a visão estática do arquivo apenas como local de guarda e conservação.

Para Ribeiro (2011), o novo paradigma emergente, denominado por muitos de científico-informacional, provoca alteração de perspectiva aos arquivos, pois muda o objeto de estudo e de trabalho, passando do “documento” para a “informação arquivística”. Além disso, a autora discursa que é preciso, no âmbito dos arquivos, gerar metodologias de investigação direcionadas ao estudo de um fenômeno humano e social (a informação), fenômeno não diferenciado do que é aplicado às Ciências Sociais em geral, sendo a Arquivística vista não como uma técnica que contém especificidades próprias, mas sim como uma disciplina aplicada.

Na visão de Jardim (1999), algumas questões redefinem o posicionamento da área e as necessidades de mudanças no atual contexto. Dentre elas, destacam-se como principais, a saber:

1 - o local onde a informação é armazenada não é o mais importante e sim o acesso a ela;

2 - as atividades permeiam a gestão da informação, deslocando-se do acervo para o acesso, do estoque para o fluxo da informação, dos sistemas para as redes;

3 - instituições de informação como arquivos, bibliotecas e centros de documentação adquirem novas vocações, redefinem suas funções históricas e configuram outras;

4 - surgem espaços informacionais virtuais (bibliotecas, arquivos. etc.) que, em vez de eliminarem os espaços tradicionais, aliam-se a esses espaços, viabilizando novas possibilidades de gestão da informação (JARDIM, 1999).

Ora, essas transformações, influenciadas em grande parte pelas novas tecnologias de informação e comunicação, romperam a delimitação de espaço, permitindo que as instituições arquivísticas integrem-se entre si, adentrando-se ao paradigma da globalização, em que se rompem as barreiras espaciais e temporais.

Assim, os arquivos não são mais gerenciados sob o prisma do isolamento, ao contrário, eles transformaram-se em sistemas, interagindo com o meio externo, trocando relações com outras unidades, interferindo e recebendo interferências de outros elementos existentes no ambiente social (JARDIM, 1995).

Por conseguinte, novos direcionamentos são implementados no âmbito das práticas arquivísticas. Na grande maioria, os arquivos continuam exercendo a função de armazenamento, de preservação ou resgate da memória coletiva de uma nação. No entanto, novas concepções são inseridas, tornando-os espaços dinâmicos, flexíveis, sujeito a sofrer alterações do contexto em que está inserido. Essa nova ambiência viabiliza formação de uma visão pós-custodial do arquivo, que extrapola a custódia documental, atingindo instâncias maiores, ao viabilizar o acesso à informação, seu compartilhamento e uso pela sociedade (COOK, 2012).

É importante destacar, outrossim, que as circunstâncias determinantes do estabelecimento e da consolidação dos arquivos públicos privilegiam os seus propósitos históricos, mais do que científicos ou administrativos. E não poderia ser de outra forma. A preocupação de voltar os arquivos não só à acumulação documental, como também à pesquisa histórica e à viabilização administrativa, associa-se intimamente à complexidade burocrática do Estado contemporâneo (FRANCO, 1991, p. 18).

Declara-se, nesse âmbito, que, a literatura sinaliza uma

reviravolta na estrutura dos arquivos, reformulando os objetivos e políticas presentes nessas instituições. Embora a realidade ainda não tenha atentado para isso, é preciso ter em mente que os arquivos modernos deixaram de ser depósitos para serem sistemas integrados. Como bem ilustra Silva et al. (1998, p. 155), utilizando a teoria de Ducharme e Rousseau (1980), os arquivos tornam-se sistema de informação, adotando uma visão sistêmica do fluxo documental.

3 ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS: EM BUSCA DE SISTEMATIZAÇÃO

As instituições arquivísticas sempre estiveram ligadas a uma instituição maior, fornecendo algum benefício requerido pela organização na qual estão vinculadas. A fim de atender melhor as expectativas e objetivos da organização, essas unidades apresentam características específicas, podendo ser classificadas em diversas tipologias (BARBALHO, 1997).

Os arquivos, as bibliotecas e os museus, especificamente, ao longo do tempo, inseriram-se como unidades culturais (CALDEIRA, 2005; ARAÚJO, 2010). Os arquivos podem servir as organizações e os indivíduos, atendendo diferentes objetivos. Esses serviços arquivísticos constituem o “[...] conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de **pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas** (MACHADO; CAMARGO, 2000, p. 13, grifo nosso).

Os arquivos públicos representam os documentos gerados e acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como o conjunto de documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos (MACHADO; CAMARGO, 2000).

As mesmas autoras identificam que, no caso dos arquivos públicos municipais, essa tipologia de arquivo é responsável pelos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo, no âmbito da administração municipal direta ou indireta. Ou seja, segundo as autoras, as atividades arquivísticas realizadas em quaisquer arquivos são as mesmas, o que muda, no caso das instituições públicas municipais, é o delineamento da origem dos documentos, ou seja, em qual jurisdição pertence cada documento gerado, de acordo com a área territorial, a esfera de poder e o âmbito administrativo onde foi produzido e recebido.

Figueira (1991) apresenta as dificuldades que estão imbuídas nos fazeres das administrações públicas, em âmbito estadual e municipal, e que afetam a gestão dos arquivos municipais. Trata-se, sobretudo, de problemas de sistematização/integração. Esses problemas são oriundos, na maioria das vezes, de más condições estruturais (OLIVEIRA, 1991), somados às deficiências de recursos financeiros e recursos humanos que perfazem o contexto dos arquivos públicos brasileiros (LOPES, 2009).

Percebe-se que, no contexto brasileiro, o maior fator que contribui para a precariedade dos arquivos municipais é o isolamento dessas unidades, não havendo um possível diálogo ou integração com os arquivos de instância maior, como os estaduais. Descreve a autora que os problemas de organicidade somente serão resolvidos quando houver preocupação com a localização e o levantamento sistemático dos acervos que se encontram no âmbito municipal (FIGUEIRA, 1991). Logo,

[...] A coordenação do levantamento deverá caber aos arquivos estaduais, uma vez que, devido à sua posição hierárquica entre os arquivos, à sua capacidade técnica em vias de consolidação e à maior facilidade em estabe-

lecer relações verticais com os municípios através dos sistemas de arquivos, seriam os organismos ideais para centralizar e orientar um levantamento metodológico e conceitualmente homogêneo (FIGUEIRA, 1991, p. 41).

Em síntese, é preciso considerar que as relações dos arquivos estaduais com os municípios devem ser especialmente políticas, de envolvimento e convencimento, em um primeiro momento. A posteriori, após a estruturação dos arquivos municipais, as relações passariam ao campo técnico. Fica evidente, conforme conclusão de Figueira (1991), que a sobrevivência e a cristalização de qualquer projeto institucional, dependem, sobremaneira, de legitimidade, apoio político e representatividade, os mais amplos possíveis, e os arquivos não fogem a essas recomendações.

O problema da sistematização, aliado aos problemas de acúmulo documental, sobretudo as grandes massas documentais surgidas nos últimos anos, conforme descrito por Lopes (1993) desencadeiam, como consequência, problemas nos fazeres arquivísticos, sobretudo no que se refere à gestão de documentos.

Sendo assim, é preciso organizar e sistematizar considerando a importância dos documentos municipais, tornando essa unidade integrada a outros arquivos de instância maior, bem como relacioná-la com o meio onde está vinculada, o que proporciona a caracterização do arquivo como um sistema orgânico e holístico (JARDIM, 1995).

Faz-se necessário o estabelecimento de métodos e técnicas que viabilizem a prática da gestão de documentos, haja vista conferir homogeneidade e cientificidade aos fazeres. A gestão de documentos urge no bojo da sociedade pós-moderna e requer a visão ampla da informação arquivística, considerando todas as fases do ciclo informacional (JARDIM; FONSECA, 2005).

Além dos problemas de infraestrutura e escassez de

recursos, não se pode esquecer a capacitação profissional dos arquivistas. Ou seja, em face dos novos tratamentos conferidos aos documentos arquivísticos (gestão de documentos), o arquivista adquire novos perfis, voltado para a gestão do acervo, sendo inserido na produção do conhecimento empresarial; logo, segundo Lopes (2009), a profissão passa a ser valorizada e o profissional é colocado no centro das decisões da organização em que o arquivo está vinculado.

Assim, é preciso na ambiência dos arquivos municipais realizar inúmeras mudanças (MACHADO; CAMARGO, 2000). Essas mudanças devem contemplar, especialmente, o estabelecimento da gestão, seja ela voltada aos documentos quanto àqueles que realizam as atividades arquivística, haja vista consolidar um efetivo tratamento documentário.

4 GESTÃO EM ARQUIVOS: DOS DOCUMENTOS ÀS PESSOAS

A palavra “gestão” abrange, grosso modo, o ato de gerir, perfazendo as atividades de conduzir com clareza, prestatividade, fundamentação e criteriosidade determinadas práticas. Essa gestão pode adquirir diferentes concepções, abrangendo uma perspectiva administrativa, ajustando processos e metodologias aplicadas no universo empresarial.

No âmbito da Arquivística, muito se fala de gestão de documentos ou gestão documental, conceituada como a soma de medidas e rotinas que garante o controle documental, envolvendo todas as fases do ciclo documentário, desde sua produção até a sua destinação final (eliminação ou guarda permanente). O objetivo principal é viabilizar “[...] racionalização e eficiência administrativas, bem como a preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural [...]” (BERNARDES, 1998, p. 11).

Sobre a gestão de documentos, Santa Anna e Silva (2014, p.

39) discursam que a consolidação da gestão documental requer:

[...] a sistematização de atividades e procedimentos, realizados com técnicas e metodologias específicas, a fim de tornar o fazer mais científico. No âmbito dos arquivos públicos, devido ao acentuado crescimento da massa documental, bem como a necessidade de intercambiar informações com outras unidades, faz-se necessária a adoção de uma gestão sistêmica.

A gestão sistêmica dos documentos é uma atividade simples, não onerosa, que poupará o administrador dos desgastes decorrentes do caos documental. Essa modalidade de gestão de documentos somente será efetivada se houver a institucionalização de um sistema de arquivos. Ou seja,

[...] O sistema de arquivos é a integração de todos os arquivos e das rotinas de uma entidade num procedimento que passa a ser do conhecimento das pessoas envolvidas. Ele toma em conta o princípio das três idades dos documentos, e assim um sistema se compõe do arquivo setorial, que guarda os documentos intermediários, e um arquivo permanente ou histórico - designado, às vezes, de arquivo morto, denominação que reflete bem o desapareço do administrador pelas conquistas da Arquivologia (CASTILHO, 1991, p. 11).

O autor supracitado cita as especificidades para que uma gestão sistêmica seja instituída, destacando a importância da avaliação e o uso de instrumentos arquivísticos específicos, como a Tabela de Temporalidade. Também menciona o papel do Estado em fornecer apoio e subsídios para que práticas de gestão sejam realizadas.

Não resta dúvida de que, as políticas públicas governamentais em prol da modernização dos arquivos devem existir, tendo em vista contribuir para o sucesso da instituição arquivística (JARDIM, 1995). Para Silva (2013, p. 45), ao se falar

das políticas de arquivos públicos, essas unidades tornam-se estratégicas, devendo possuir “[...] políticas bem definidas para atender demandas e necessidades de informação social [...]”. Segundo o mesmo autor, nesses arquivos são reunidos registros para a defesa de direitos de quem produz o documento, no cumprimento da missão de agente estatal e servem de fontes de informações para os cidadãos.

Sendo assim, deve-se haver um maior reconhecimento por parte do Estado (do município) nas funções que os arquivos municipais desempenham para as cidades. Esse reconhecimento requer o fornecimento de condições favoráveis para que essas instituições possam atingir os objetivos a que se propõem.

No entendimento de Machado (2004, p. 120), o estabelecimento de políticas públicas de gestão de documentos precisa atender a determinadas exigências mínimas, tais como: “[...] recursos humanos estáveis e qualificados, dotação orçamentária suficiente para dar conta das necessidades do trabalho a ser empreendido [...]”, além de estrutura física adequada ao efetivo desempenho das práticas de trabalho.

A autora supra menciona que, a situação atual dos arquivos municipais brasileiros é caótica e a maioria deles não possui nenhuma dessas exigências satisfeitas e, quando existe alguma, elas apresentam distorções de ordem legal ou de pressupostos teóricos que dificultam seu funcionamento.

Presume-se que a causa da situação precária dos arquivos públicos arrola-se em meio a duas amplas problemáticas: problemas de infraestrutura e falta de recursos que viabilizam os processos de gestão de documentos, dentre outros pormenores relacionados (MACHADO, 2004).

Vê-se, conforme discussões advindas da Literatura, que uma das maiores ênfases deve ser atribuída ao sucesso das práticas de gestão, sobretudo no que se refere à gestão de

documentos. No entanto, para que tal gestão se consolide é preciso investir naqueles que conduzem essa gestão, os arquivistas, devendo eles revestir de competências e habilidades múltiplas, tornando-se gestores da informação arquivística (LOPES, 2009).

O arquivista necessita assumir no contexto das organizações, especialmente as públicas, a função de incentivador das práticas relacionadas ao uso da informação e conhecimento, adotando uma postura pró-ativa no desempenho de suas funções como profissional da informação, tornando-se um gerenciador do conhecimento nas organizações (SCHÄFER; SANCHES, 2014).

Conforme defendido por Lopes (2009), a Arquivística Brasileira precisa modelar-se, tornando-se uma ciência direcionada ao gerenciamento da informação e a produção de conhecimento para a sociedade. Para tanto, faz-se necessário, segundo o mesmo teórico, a comunhão de esforços entre academia e movimentos associativos na construção de uma profissão reconhecida. Com essa proposta, o arquivista torna-se um hermenêuta, adotando uma postura questionadora, indagadora e observadora em face dos desafios sociais.

No caso dos arquivos públicos municipais, é preciso reconhecer essas unidades como setores que geram conhecimento e contribuam para a tomada de decisões na administração pública municipal (MACHADO, 2004). Para tanto é preciso investir, seja nas questões estruturais, quanto na gestão arquivística: seja ela voltada para os documentos quanto para a capacitação profissional.

Sendo assim, analisa-se a seguir, metodologicamente, a ambiência dos arquivos municipais do estado do Espírito Santo, com foco, especificamente, no tripé: infraestrutura, gestão de documentos e capacitação profissional.

5 CAMINHO METODOLÓGICO

Como percurso metodológico para construção deste estudo foram utilizadas duas modalidades de pesquisa, divididas em dois momentos distintos, a saber:

1 – primeiramente, realizou-se pesquisa bibliográfica através da técnica de levantamento. Para tanto, através da busca no catálogo eletrônico de uma biblioteca universitária, assim como a busca na base de dados Google Acadêmico, recuperou-se diversos trabalhos relacionados à temática Gestão de documentos em arquivos públicos municipais. Através da leitura a esses documentos, utilizou-se apenas aqueles documentos (livros e artigos científicos) que focavam nessa temática específica;

2 – após a pesquisa bibliográfica, recorreu-se a campo, a fim de coletar dados sobre a realidade dos arquivos municipais do estado do Espírito Santo. Nessa etapa foi solicitado o auxílio do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, o qual forneceu dados sobre os arquivos instituídos nos municípios, bem como contribuiu ao fornecer os contatos dessas unidades, como email e/ou telefone, de modo a facilitar a aplicabilidade do questionário. Em seguida, através da aplicação de entrevista e observação, foi possível analisar, de forma prévia, a realidade dessas instituições.

5.1 Delimitação da amostra

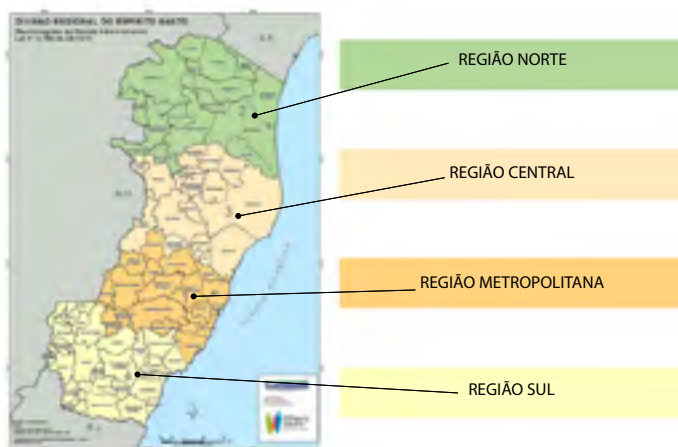
A amostra da pesquisa foi composta pelo total de arquivos públicos devidamente instituídos e reconhecidos oficialmente, no âmbito dos municípios capixabas.

O estado do Espírito Santo é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado na região Sudeste. Faz fronteira com o oceano Atlântico a leste, com a Bahia ao norte,

com Minas Gerais a oeste e noroeste e com o estado do Rio de Janeiro ao sul. Sua área é de 46.095,583 km². É o quarto menor estado do Brasil, maior apenas que Sergipe, Alagoas e Rio de Janeiro. A capital é a cidade de Vitória, tendo como cidades vizinhas: Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão, as quais representam a Região Metropolitana do referido estado (LIRA; CAVATTI, 2015).

Atualmente, o estado consta com um total de 78 municípios, sendo que seis municípios compõem a região metropolitana e 72 estão localizados no interior (Figura 1).

Figura 1 – Apresentação dos municípios capixabas e as devidas divisões por macrorregiões



Fonte: Lira e Cavatti (2015).

Conforme disposto na figura 1, o estado está dividido em quatro macrorregiões, obedecendo-se critérios geográficos, que são: região Norte, Central, Metropolitana e Sul.

O Espírito Santo é ao lado de Santa Catarina, os únicos entre os estados do Brasil no qual a capital não é a maior cidade.

Outros importantes municípios são Aracruz, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guarapari, Linhares, São Mateus, Viana e Vila Velha. O gentílico do estado é capixaba ou espírito-santense (LIRA; CAVATTI, 2015).

Dentre os municípios existentes, conforme levantamento prévio realizado pelo Arquivo Público Estadual⁴, não foi possível verificar a ambiência de alguns arquivos, pois quatro disseram não possuir arquivo organizado/sistematizado, sendo as documentações geradas, anexadas em cada setor que a produz e organizadas de forma aleatória e específica de cada setor. Já, na tentativa de comunicar-se com 55 municípios, não conseguimos estabelecer contato.

Dentre os arquivos em que foi possível estabelecer contato (via email ou telefone), 19 mencionaram que possuem arquivos, conforme ilustrado no quadro 1.

4 Esse levantamento foi realizado por meio da análise em buscas na internet, através dos sítios das prefeituras, secretarias e/ou dos próprios arquivos, além de contato telefônico e email realizado junto às prefeituras municipais.

QUADRO 1 – Municípios que possuem arquivos organizados/sistematizados, identificação da macrorregião e nome do setor o qual estão situados

SEQUÊNCIA	MUNICÍPIO	MACRORREGIÃO	NOME ATRIBUÍDO AO LOCAL EM QUE O ARQUIVO ESTÁ SITUADO
1	Afonso Cláudio	Central	Setor arquivo
2	Água Doce do Norte	Norte	Setor arquivo
3	Águia Branca	Norte	Setor almoxarifado
4	Alegre	Sul	Setor arquivo e no almoxarifado
5	Alfredo Chaves	Central	Setor arquivo
6	Alto Rio Novo	Sul	Almoxarifado
7	Anchieta	Central	Coordenação da prefeitura
8	Aracruz	Norte	Setor arquivo
9	Baixo Guandu	Norte	Setor arquivo
10	Cachoeiro de Itapemirim	Sul	
11	Cariacica	Metropolitana	Setor arquivo
12	Castelo	Sul	Setor arquivo
13	Colatina	Norte	Setor arquivo
14	Domingos Martins	Central	Coordenação
15	Ibitirama	Sul	Setor arquivo
16	João Neiva	Norte	Setor arquivo
17	Serra	Metropolitana	Setor arquivo
18	Vila Velha	Metropolitana	Arquivo geral
19	Vitória	Metropolitana	Setor arquivo

Fonte: os autores, com base em Arquivo Estadual do ES (2014).

Sendo assim, conforme apresentado no quadro 1, a amostra da pesquisa foi composta por 19 arquivos, estando eles, assim distribuídos: quatro localizam-se na região Central; seis na região Norte; cinco situam-se na região Sul; e, por fim, na região Metropolitana estão presentes quatro das instituições arquivísticas analisadas.

A fim de coletar dados a respeito da realidade de cada um dos 19 arquivos, foi enviado por email, um questionário com perguntas abertas contendo questões relacionadas aos aspectos de infraestrutura, gestão de documentos e capacitação profissional, sendo todos os questionários devidamente respondidos e devolvidos. Também se utilizou a observação in

loco nos arquivos da região metropolitana e observação indireta realizada nos sítios dos demais arquivos, além de conversas por telefone ou via email, mantidas pelas instituições localizadas nas regiões interioranas do estado⁵.

5.2 Análise e discussão de dados

5.2.1 Das questões de infraestrutura

Analisando as respostas obtidas do questionário enviado aos 19 arquivos, constatou-se que todos eles possuem espaço físico delimitado, contendo recursos materiais, como mobiliário, adequados para acondicionar os documentos advindos das atividades desenvolvidas pela prefeitura. As respostas foram idênticas no que se refere aos resultados obtidos do questionário no comparativo com as observações realizadas.

Quanto à localização, dois arquivos estão situados em prédios anexos às prefeituras, doze encontram-se em locais próximos às prefeituras, porém espaços alugados, e cinco localizam-se em salas situadas nas adjacências das salas administrativas, no interior das prefeituras.

Quanto às condições ambientais, segundo os entrevistados e levando em consideração as observações realizadas, para três entrevistados o local possui boas condições, sobretudo por ser bem arejado. Na visão de sete respondentes, considera-se o arquivo como um local adequado para a prática arquivística. Em um arquivo as condições são adequadas, principalmente pela alta preocupação com o controle de agentes químicos, físicos e biológicos, sendo o arquivo constantemente desintetizado. Ao contrário, no contexto de nove unidades, as condições são inadequadas, sendo caracterizadas pelos respondentes como

⁵ Essas investigações tiveram contribuição de alunos matriculados na disciplina Gestão de Documentos I, do Curso de Arquivologia da Ufes.

condições precárias, ruins e impróprias.

Analisando os recursos materiais, equipamentos e mobiliário existentes, constatou-se que, em 17 arquivos utilizam-se estantes de aço a fim de acomodar a massa documental. Em um arquivo não há estantes, estando os documentos localizados em caixas. Por fim, em apenas um arquivo foi mencionado a utilização de estantes e o uso de computadores no processo de tratamento documental, logo se percebe a escassez de recursos necessários à efetiva gestão do arquivo.

5.2.2 Das questões relacionadas à Gestão de Documentos

Quando perguntou se há legislação que rege a gestão de documentos no âmbito municipal, apenas três respondentes mencionaram a devida lei municipal existente na cidade. Cinco respondentes disseram haver tal lei, no entanto não souberam informar qual lei específica se tratava. Por conseguinte, onze municípios não possuem lei que assegure a gestão documental, bem como diretrizes instituídas para a realização de práticas arquivísticas.

Analisando se há algum instrumento ou técnica utilizada para padronizar os procedimentos de tratamento documental, 14 responsáveis disseram que os arquivos não possuem essas ferramentas. Dois entrevistados não souberam responder e, dentre quatro que possuem técnicas e instrumentos, em três arquivos utilizam tabelas de temporalidade e, em um arquivo a gestão documental é feita por uma comissão específica para esse fim.

Ao indagar se já foi realizada eliminação de documentos, no contexto de sete arquivos, esse procedimento já foi realizado, sendo que, para cinco arquivos, utilizou-se legislação específica do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); e,

para dois entrevistados, a ocorrência deveu-se a problemas de intempéries. Já na ambiência de 12 arquivos, nunca se foi descartado materiais.

Quanto ao ciclo de vida do documento, em todos os 19 arquivos, há presença do arquivo intermediário (administrativo). No entanto, quando se menciona o arquivo permanente (histórico), sete possuem esses arquivos, três disseram que, no caso de documentos históricos, realizam-se remanejamentos para outros setores, e, nove disseram não possuir esse espaço específico para abrigar documentação permanente.

É importante mencionar que cabe ao arquivo público municipal, de acordo com a pesquisa de Rabelo (2011), enquanto órgão gestor da política arquivística da prefeitura, elaborar instrumentos técnicos de gestão documental tais como o plano de classificação e a tabela de temporalidade, esta última resultado do trabalho da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo. Caberá a essa equipe, segundo Rabelo (2011), selecionar documentos para eliminação ou guarda permanente, além da certificação da boa gestão documental, assim como responsabilizar-se pela gestão dos arquivos setoriais das secretarias, fornecendo a todo instante, orientações técnicas sobre a gestão de documentos.

5.2.3 Das questões relacionadas à capacitação profissional

Ao analisar o corpo funcional dos arquivos, vê-se que há um arquivo que possui a quantia de treze funcionários, distribuídos entre arquivistas, técnicos administrativos e estagiários; em nove arquivos trabalham dois profissionais; em outros nove arquivos o número de funcionários é de cinco.

O grau de instrução dos funcionários que atuam nos arquivos é do mais diversificado. Assim, em dois arquivos há

um arquivista formado; em dois arquivos há dois arquivistas; em seis há técnicos administrativos, cujo grau de instrução é ensino médio completo; em dois arquivos há um arquivista, dois técnicos em administração e um estagiário; e, em sete arquivos há um arquivista e um técnico administrativo atuando.

Quando investigados a respeito da formação/capacitação continuada do arquivista, 14 sujeitos mencionaram que a unidade não contrata arquivista pelo fato de possuir técnicos administrativos que atendem as demandas da documentação. Logo, dos 19 arquivos investigados, apenas cinco possuem arquivistas em seu quadro de funcionários. Percebe-se que essas instituições contratam arquivistas objetivando que a documentação seja armazenada com eficiência, porém, as instituições parecem investir pouco na formação continuada do profissional, sendo essa uma preocupação particular do profissional.

Com efeito, faz-se viável descrever, segundo Rabelo (2011), que a gestão de documentos abrange planejamento, organização, controle, espaço físico, equipamentos, além da coordenação de recursos humanos, com o objetivo de preservar e facilitar o acesso aos documentos. Segundo o mesmo autor, essa gestão será conduzida com qualidade se houver a presença de profissionais multidisciplinares, tendo capacitação técnica necessária para organizar e recompor os acervos acumulados e desorganizados, por muitas vezes pouco preservados, contudo, sem perder as origens próprias da evolução e do desenvolvimento administrativo de cada município.

6 À GUIA DE CONCLUSÕES

A partir do estudo realizado, é possível constatar que dos 78 municípios existentes no estado do Espírito Santo, apenas 19 responderam a pesquisa informando que possuem arquivos organizados/sistematizados. Analisando essa amostra, especificamente quanto às questões de infraestrutura, gestão de documentos e formação profissional, foi possível perceber que, na maioria dos arquivos são fornecidas condições básicas para realização das práticas arquivísticas. Também há contratação de arquivista, em algumas instituições arquivísticas, no entanto, quanto à formação continuada, essa deve ser conduzida pelo próprio profissional. Ficou constatado que os desafios enfrentados pelos arquivos referem-se às práticas voltadas para a gestão de documentos, não havendo legislação específica, instrumentos, técnicas e métodos que garantam racionalidade, sistematização e padronização aos fazeres arquivísticos.

Além disso, o estudo também constata, com base na literatura, que os arquivos abandonaram a finalidade de custodiar documentos, tendo a missão de viabilizar acesso e uso à informação registrada em diferentes tecnologias – contrapondo as informações obtidas quanto à infraestrutura e a gestão documental desenvolvida nos arquivos municipais pesquisados. A literatura considera o arquivo como local de socialização, de padronização de procedimentos, haja vista constituir métodos homogêneos, proposta essa alicerçada pela prática da gestão de documentos. Logo, o papel das instituições mantenedoras em fornecer recursos necessários para o funcionamento e crescimento do arquivo, bem como a capacitação do profissional em busca de inovação, torna-se necessidade emergente para garantir êxitos no trabalho com a documentação.

Devido às limitações presentes na condução deste estudo,

recomenda-se a realização de novas pesquisas, utilizando metodologia mais aprofundada, tendo em vista ampliar a amostragem e coletar dados mais específicos. A esse respeito, recomenda-se uma metodologia mais detalhada, sustentada por meio de técnicas de diagnóstico, haja vista mapear o contexto situacional dos arquivos públicos municipais do Espírito Santo, bem como traçar propostas de melhoria para essas instituições.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173-189, jul./jul. 2010.

_____. Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014a.

_____. O pensamento crítico na arquivologia, na biblioteconomia e na museologia. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 27-46, mar./ago. 2014b. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/64304/pdf_19>. Acesso em: 23 abr. 2015.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Levantamento arquivos municipais. 2014. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Planejamento estratégico: uma análise metodológica. *Inf. Inf.*, Londrina, v.2, n.1, p.29-44, jan./jun. 1997. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1608/1363>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

CALDEIRA, Paulo da Terra. Museus. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra. Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CONARQ. Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

COOK, Terry. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, jul./dez. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/aluno/Downloads/48651-59371-1-PB.pdf>. Acesso em: 16

jun. 2014.

FIGUEIRA, Vera Moreira. A viabilização de arquivos municipais. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). A sistematização de arquivos públicos. Campinas: UNICAMP, 1991, p. 37-43.

FRANCO, Celina Vargas Amaral Peixoto. Uma política de gestão de documentos: preparar a documentação do século XX para o século XXI. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). A sistematização de arquivos públicos. Campinas: UNICAMP, 1991, p. 17-23.

JARDIM, José Maria. Sistemas e políticas de arquivos no Brasil. Niterói: EDUFF, 1995.

_____. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

_____; FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra. Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LIRA, Pablo; CAVATTI, Caroline. O estado do Espírito Santo no Censo 2010. 2015. Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net/download/Censo_ES_e_RMGV.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2015.

LOPES, Luis Carlos. Arquivópolis: uma utopia pós-moderna. Ci. Inf., Brasília, v. 22, n. 1, p. 41-43, jan./abr. 1993.

_____. A nova Arquivística na modernização administrativa. 2 ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. A gestão dos documentos públicos municipais. *MÉTIS: história & cultura*, v. 3, n. 5, p. 115-127, jan./jun. 2004. Disponível em: <www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/1147/786>. Acesso em: 24 abr. 2014.

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Como implantar arquivos públicos municipais. 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a2.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

OLIVEIRA, Daíse Aparecida de. Os arquivos municipais. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *A sistematização de arquivos públicos*. Campinas: UNICAMP, 1991, p. 45-50.

RABELO, Marcos Prado. A gestão das políticas públicas e a institucionalização dos arquivos municipais capixabas. In: *SIMPÓSIO BAIANO DE ARQUIVOLOGIA, 3, Anais....* Salvador: UFBA, 2011.

RIBEIRO, Fernanda. A arquivística como disciplina aplicada no Campo da ciência da informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

SANTA ANNA, Jorge; SILVA, Luiz Carlos. As instituições arquivísticas na sociedade da informação e a necessidade de uma gestão documental sistêmica. *Ágora*, Florianópolis, v. 25, n. 50, p. 35-60, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/ra/article/view/542/pdf_84>. Acesso em: 7 abr. 2015.

SCHÄFER, Murilo Billig; SANCHES, Marystela Assis Baratter. A relação do arquivista com a gestão do conhecimento: análise em uma instituição pública federal. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 206-224, jan./abr. 2014.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Armando Malheiros et al. Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto: Afrontamento, 1998.